

CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO E COMPREENSÃO DE PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA EJA POR MEIO DA PESQUISA: UM ESTUDO NAS TURMAS DO PROEJA DO IFBAIANO CAMPUS CATU- BA

Sônia da Silva Cabral¹

Resumo: O presente trabalho visa apresentar, de forma resumida, a proposta inicial do Projeto de Pesquisa que será desenvolvido durante o percurso da autora no Mestrado em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia- UNEB (Campus Alagoinhas), trazendo as primeiras aspirações que justificam o interesse pela escolha do tema, seus estudos iniciais e as contribuições da Linha Crítica Cultural no aprofundamento dos estudos. Ao escolher trabalhar com o tema Práticas de Letramento na Educação de Jovens e Adultos (EJA), aplicado a um curso técnico de Educação Profissional, modalidade PROEJA, buscou-se não só identificar os principais problemas enfrentados por esse público no desenvolvimento de práticas de leituras e escritas, mas sobre uma prática que vise emancipar esses sujeitos, enquanto cidadãos, e portadores de direitos sociais, que tem expectativas e sonhos enquanto adultos das classes trabalhadoras, que visam conquistar melhores espaços no mundo do trabalho. Portanto, as práticas de letramento pensadas para esse projeto estão respaldadas em uma concepção humanizadora e emancipadora, que compreende o público da EJA enquanto sujeitos históricos, conscientes da sua realidade, do seu contexto, da produção da sua cultura, como forma de crescimento, aquisição de experiências e valorização de suas vidas. Para discutir essa proposta, dividiu-se esse texto em quatro partes que buscam articular a construção inicial deste percurso de pesquisa, que ainda encontra-se inconcluso e consciente da necessidade de mais fundamentação teórica.

Palavras-Chave: Educação para Jovens e Adultos; PROEJA; Educação Profissional; Práticas de letramento.

1 OS PRIMEIROS PASSOS

A princípio, faz-se necessário pontuar que a presente pesquisa ainda se encontra em construção e esta foi a motivação para participação no Programa de Mestrado em Crítica Cultural da UNEB, Campus Alagoinhas, cujo título “Práticas de letramento na EJA: um estudo nas turmas do proeja do IFBaiano Campus Catu-BA”, também apresenta-se em formato provisório, pois, como mencionei no título deste tópico, estes são os passos iniciais.

O Campus do IFBaiano do município de Catu-Bahia não é apenas o local escolhido para desenvolvimento deste estudo, é também o meu local de trabalho há aproximadamente três anos. Neste Campus encontra-se o desenvolvimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que visa qualificar jovens e adultos para uma formação sócio-profissional, com formação básica no ensino médio, oportunizando-os inserção no mundo do trabalho. O mencionado Programa foi criado em 2006 pelo Ministério da Educação- MEC, através da Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI, em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, através do Decreto

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. Endereço eletrônico: sscabralina@gmail.com

nº 5.840. Desde então, os Institutos Federais de Educação Tecnológicas – IF’s, com seu processo de expansão da rede tem assumido o compromisso de oferecer pelo menos um curso de formação profissional na modalidade PROEJA. O Campus Catu oferece o curso Técnico em Cozinha integrado ao Ensino Médio e que teve início no ano de 2010.

Sobre o meu interesse pela Educação de Jovens e Adultos — EJA, posso afirmar que surgiu antes de atuar na área como servidora pública, quando ainda iniciava meus estudos na graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal da Bahia — UFBA. Na oportunidade, realizei o estágio obrigatório em turmas de EJA e, após me graduar, outras experiências consolidaram o meu interesse por esta modalidade de ensino, bem como, agregaram novos conhecimentos. Como servidora do Instituto Federal de Pernambuco— IFPE fiz parte de grupos de discussão sobre os problemas enfrentados por docentes e estudantes da EJA no estado de Pernambuco, que também promoviam diversas oportunidades de formação continuada com foco neste público. Deste modo, no período compreendido entre 2010 a 2014, fui membro do Fórum Estadual de EJA do mencionado Estado, da Agenda Territorial de Educação de Jovens e Adultos e representante da Pró-Reitoria de Ensino do IFPE no Fórum PROEJA da mesma instituição. Ao participar ativamente nessas organizações tive a oportunidade de conhecer de perto as dificuldades e desafios da EJA, além de perceber o quanto esta modalidade ainda está distante de uma formação verdadeiramente inclusiva e comprometida com uma qualificação social/profissional para jovens e adultos, como um direito socialmente adquirido e garantido por Lei. Sendo a EJA um direito subjetivo, citado em nossa Constituição, e que, segundo o autor Cury (2000), está pautada em uma formação que deve contemplar quatro dimensões: formação do sujeito singular, do sujeito social, do sujeito civil e do sujeito trabalhador, além de envolver diversas práticas nos âmbitos sociais, culturais e afetivos.

Ao compreender a educação como um direito desses sujeitos que foram historicamente excluídos do processo formativo escolar e profissional, e que procuram através de Programas de EJA a oportunidade de mudanças em suas vidas, houve também a necessidade de buscar mais estudos sobre o tema. Assim, com intuito de compreender esse histórico de desencontros, percalços e negações de direitos, como também, a iniciativa de educadores e teóricos que dedicaram ou dedicam estudos sobre o tema alfabetização e formação da EJA, tive maior aproximação com as leituras de Paulo Freire, especialmente sobre o seu conceito da condição do sujeito oprimido, ao ser negado do direito de ter educação, ou mesmo, ao ser incutida uma “educação bancária”, como instrumento de opressão ao propiciar o aligeiramento e a superficialidade na formação desses sujeitos, longe da oportunidade de superação e emancipação humana (FREIRE, 2005). Nessa perspectiva Freiriana e por perceber que a leitura é uma condição indiscutível para o processo de

inclusão do sujeito, articulei com outra obra de destaque deste autor, revelando em um foco que passei a delinear nos estudos da EJA, a partir da “Importância do Ato de Ler”. Nesta obra, Paulo Freire fala da leitura para além da decodificação de palavras e da manipulação instrumental e mecânica, para uma condição de compreensão do mundo, de realidade e apropriação da linguagem a partir do contexto (FREIRE, 1986). Aqui, consegui articular o nexos entre a EJA, a leitura e a educação profissional, pois como temas da educação, são direitos sociais dos sujeitos e condições de emancipação em suas vidas. No que concerne a leitura, passei a direcionar para o campo do letramento, já que este tema está mais inserido no público da EJA, o qual estou envolvida no meu trabalho cotidiano, trazendo as contribuições da autora Magna Soares (2000), que compreende este tema como as práticas de leitura e escrita e inserção no mundo letrado, através da produção de hábitos de convívio e utilização da leitura e da escrita como prática social. Daí ao reconhecer as dificuldades apresentadas pelos jovens e adultos estudantes do ensino médio, para construção e apropriação nesse hábito, buscou focar nas dificuldades encontradas por esses sujeitos no desenvolvimento das práticas de leitura e escrita em seu processo formativo. Destaco aqui também a educação profissional, pois se entende que o trabalho é um princípio educativo, ou seja, se trabalha educando e se educa trabalhando, como categorias indissociáveis, especialmente na perspectiva de uma formação integrada, como é o caso do Programa PROEJA.

Portanto, vê-se que meu percurso profissional foi basicamente construído nos caminhos da EJA e, ao segui-lo, as experiências adquiridas no contato com os saberes, docentes e discentes desta modalidade de ensino contribuíram para a consolidação do tema ao qual busco aprofundar em meu percurso acadêmico. Assim, o desejo de conhecer a EJA mais profundamente, no que diz respeito às questões de letramento, me motivou a organização deste projeto de pesquisa, e, quiçá, uma forma de intervenção e contribuição para melhoria das práticas de leitura e escrita dos estudantes da EJA articulada a educação profissional, por meio do PROEJA do Campus do IFbaiano de Catu, a partir da concepção de uma leitura emancipadora, libertadora, de práticas sociais e produção cultural e de subjetividades.

2-UM RESUMO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Far-se-á aqui uma breve exposição sobre a trajetória da EJA no Brasil, por considerar a sua importância na compreensão dos processos históricos que culminaram na apropriação do conceito de letramento nos meios educacionais.

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada pela descontinuidade de suas ações e pelo caráter efêmero de suas políticas públicas, que desde as primeiras iniciativas têm se mostrado insuficientes para atender as demandas populacionais e pedagógicas da modalidade. Diferente de outros países, o Brasil fez suas primeiras investidas na área leiro através de iniciativas de movimentos sociais que promoviam cursos de alfabetização para a população adulta motivados pelo desejo de livrá-la das “trevas da ignorância”. Naquele momento houve um significativo crescimento da população urbana desencadeado pela industrialização que despertou a atenção de educadores para o problema do analfabetismo, grande empecilho para a formação de mão de obra qualificada. De acordo com Romanelli (2001, p.59), as mudanças introduzidas nas relações de produção e o crescimento da população nos centros urbanos desencadeou a necessidade de se eliminar o analfabetismo, bem como oferecer qualificação que lhes oportunizasse o mínimo de condições para o trabalho. Considerando a situação em que se encontrava a população adulta naquele momento, algumas entidades e movimentos sociais se comprometeram com a tarefa de ensinar o adulto a ler, a escrever e contar, oportunizando uma inserção no mercado de trabalho. Apesar do trabalho realizado pelos movimentos sociais, vale destacar que o compromisso do Estado brasileiro somente veio assumir a EJA a partir da década de quarenta, pressionado pelos movimentos populares pela ampliação do número de escolas e melhoria da qualidade do ensino.

Entre 1946 a 1963, o país viveu um momento de entusiasmo em relação à defesa da educação como direito de todos; foi quando o governo passou a patrocinar diversas campanhas de educação popular e estas, de fato, contribuíram para elevação dos índices de alfabetização da época. Em julho de 1963, o governo federal implantou o Programa Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire, programa este que contaria com o apoio de várias entidades sociais, entre elas agremiações estudantis e profissionais da educação, associações de bairro, entidades religiosas etc, uma “força-tarefa” em âmbito nacional comprometida com o objetivo de alfabetizar adultos através do método criado pelo próprio Paulo Freire. Infelizmente, a campanha não chegou a durar um ano; a partir de abril de 1964, o governo militar assumiu as diretrizes da Educação de Jovens e Adultos e encerrou o programa, por considerar a sua proposta subversiva. Em seu lugar, criou a Fundação MOBRAF, entidade que carrega uma conotação negativa nos meios educacionais até hoje. O MOBRAF se apropriou das técnicas criadas por Paulo Freire, embora embebida da ideologia do governo militar, que visava uma formação mínima às classes subalternas, ou seja, a leitura, a escrita e a matemática (LEITE, 2013), para atender as demandas do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, a proposta pedagógica do MOBRAF apresentava-se esvaziada do sentido crítico e contextualizador do método Paulo Freire. Como resultado, a EJA retrocedeu às primeiras décadas de industrialização do país, onde a formação de adultos tinha o mesmo objetivo.

Com o fim da ditadura militar, o país passou por um processo de redemocratização e a promulgação de uma nova Constituição em 1988 possibilitou o surgimento de políticas educacionais mais expressivas para EJA. Neste sentido, podemos destacar LDB nº 9.394/96, que incorporou a EJA à Educação Básica, garantindo a esta modalidade o cumprimento de suas diretrizes por meio de uma série de documentos oficiais que foram publicados posteriormente. No entanto, os avanços obtidos em termos de políticas públicas não foram efetivos no sentido impedir que o Brasil ocupasse a oitava posição no ranking dos países campeões de analfabetismo, conforme dados apresentados em 2014 no 11º Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos, divulgados pela UNESCO. Quem estuda os principais autores do tema letramento chegará a conclusão que esses dados não são reais. De acordo com Moll (2005, p.11) uma vez que vivemos numa sociedade letrada, sobretudo nos espaços urbanos, caracterizada por um denso universo escrito, não há possibilidade de existirem analfabetos, conforme o sentido estrito da palavra. Esta autora afirma que, nas sociedades modernas, o que encontramos são pessoas em processo de letramento, muitos das quais tiveram seus itinerários formativos interrompidos por diversos motivos. Mas o fato, é que em pleno século XXI, ainda convivemos com esta realidade que envergonha perante a comunidade internacional e cerceia milhares de adultos de exercerem a sua cidadania plenamente.

3-O LETRAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL

Vivemos numa sociedade em que a escrita está a todo tempo presente e determina várias de nossas ações: documentos, assinaturas, avisos, compras, bulas de remédio. É uma infinidade de usos, que a habilidade de saber ler e escrever tornou-se uma condição vital para usufruirmos amplamente de todos os instrumentos e dispositivos que a sociedade moderna oferece, cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Conforme afirma Kleiman (2012, p.8), este acesso significa o domínio de mundos, públicos e institucionalizados, como o da mídia, da burocracia e da tecnologia. Se a escrita está presente em todos os lugares, o que os jovens e adultos que ainda não a possuem fazem para driblar as dificuldades do cotidiano? Neste sentido, as novas pesquisas na área da Educação e das Ciências Linguística vêm direcionando sua atenção para as estratégias sociais e cognitivas que essas pessoas utilizam para se informar e transitar no mundo moderno, as quais são convertidas em ferramentas pedagógicas para aprendizagem e apropriação da língua escrita (MOLL, 2005). Essas estratégias se constituem em saberes prévios, que os sujeitos vão adquirindo ao longo da vida no contexto em que estão inseridos. Numa sociedade onde a escrita está presente em todos os lugares, esses sujeitos adquirem “formas”, “jeitos” de lidar com a ausência desse conhecimento nas exigências cotidianas. É neste espaço que surge o conceito de letramento.

De acordo com Soares (2009, p. 15-17), letramento é um conceito relativamente novo no cenário educacional brasileiro, tanto que ainda não se faz presente nos dicionários. O termo foi usado pela primeira vez por Mary Kato, em 1986 no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, da Editora Ática. Segundo Soares (2009, p. 17), o termo letramento deriva da palavra *literacy* que tem origem no latim *littera*. Sobre o surgimento do termo letramento, e explica que palavras esta autora explica que palavras são criadas ou ganham um novo sentido quando surgem novos fatos, novas ideias, novas maneiras de compreender os fenômenos. Nesta perspectiva, Kleiman (2012, p. 15-16) completa o pensamento de Soares ao afirmar que o conceito de letramento passou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre alfabetização, cujos pressupostos evidenciam as competências individuais no uso e na prática da escrita, com exceção da perspectiva de alfabetização elaborada pelo educador Paulo Freire, acrescenta, que apresenta um sentido crítico em relação a este processo.

Heath e Rama esclarecem que os estudos de letramento:

examinam o desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita desde o século XVI, tais como a emergência do Estado como unidade política, a formação de identidades nacionais não necessariamente baseada em alianças étnicas e culturais, as mudanças socioeconômicas nas grandes massas que se incorporaram às forças de trabalho industriais, o desenvolvimento das ciências, a dominância e padronização de uma variante de linguagem, a emergência da escola, o aparecimento das burocracias letradas como grupos de poder nas cidades, enfim, as mudanças políticas, sociais, econômicas e cognitivas relacionadas com o uso extensivo da escrita nas sociedades tecnológicas (HEATH, 1986; RAMA, 1980 apud KLEIMAN, 2012, p. 16).

O conceito de letramento fundamenta-se nos aspectos sócio-históricos e culturais da aquisição da escrita. Neste sentido, há uma diferenciação entre a alfabetização e letramento. Tradicionalmente, a alfabetização é conceituada como o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, enquanto apropriação dos códigos do sistema alfabético e sua junção para constituir palavras. Embora esse conceito esteja cada vez mais em desuso, visto que nos últimos vinte anos as novas práticas pedagógicas nas turmas de alfabetização assumiram a tendência de desenvolver as habilidades de uso social da leitura e escrita e o convívio com o material escrito, podemos afirmar que a alfabetização é um processo que se dá em um espaço específico, envolve mediação e diversos participantes, bem como elementos materiais para auxiliar o processo de aprendizagem. O letramento implica em relacionar a escrita a uma infinidade de práticas sociais, mobilizar diversos saberes e em diferentes espaços. Segundo Kleiman (2005, p. 11), o letramento não é alfabetização, mas a inclui, enquanto prática social do uso da escrita no ambiente social, que é a escola. O letramento um processo complexo que envolve múltiplas capacidades e conhecimentos no contexto das práticas sociais da escrita. A forma como os sujeitos se relacionam com a escrita em diferentes

contextos, sem necessariamente possuir esse conhecimento faz do letramento um estudo um amplo campo de estudos, que remete a questionamentos de ordem social, cultural e política.

Da mesma forma que o conceito de alfabetização tem se tornado insuficiente para responder os questionamentos que surgem da relação dos sujeitos com a escrita no contexto das práticas sociais, o que não exige necessariamente o domínio desta habilidade, o conceito de o letramento também emergiu num momento em que se questionou a necessidade de rever as práticas relacionadas ao ensino da leitura e escrita no ambiente escola, para que novas estratégias pedagógicas fossem adotadas visando incorporar as práticas sociais dos indivíduos como ferramentas de aprendizagem, se levarmos em conta levarmos a todo momento interagimos em diferentes contextos sociais: o trabalho, a escola, instituições financeiras, a tecnologia. A prática pedagógica fundamentada no letramento forma proporciona aos sujeitos a reflexão dos usos da leitura e da escrita em diferentes contextos, aproximando-os da realidade social em que estão inseridos.

Nesta perspectiva, o conceito de letramento tem grande relevância social porque busca garantir o relacionamento consciente com o ambiente social em que o sujeito está inserido. Isto que dizer que os saberes que esses sujeitos trazem são valorizados nos ambientes de aprendizagem e transformam-se na sua ferramenta de aquisição do conhecimento, que neste caso é o uso da leitura e da escrita.

Importante destacar que o letramento não é um método. Há uma tendência na educação de transformar toda teoria. No caso do letramento, Kleiman fornecesse a seguinte explicação:

Os pesquisadores que começaram a estudar em diversos países, as funções e práticas da língua escrita e seu impacto na vida social, eram cientistas sociais: sociólogos, antropólogos e historiadores que não tinham nada a dizer — porque não era a sua especialidade — sobre os métodos de ensino da língua escrita. Todavia, como esse assunto está relacionado a questões muito relevantes para a educação, ele chega à escola e aí é reinterpretado em função daquilo que é relevante para o trabalho escolar, ou seja, o método (KLEIMAN, 2005, p. 8).

O grande problema de um conceito tão complexo ser apropriado como método é o perigo do seu esvaziamento, no momento em que é transformado num conjunto de técnicas para o ensino da leitura e da escrita. Deste modo, é importante que essa compreensão chegue ao alcance dos educadores que atuam nas escolas, para que não comentam esse erro.

O letramento é um dos temas mais estudados na atualidade, principalmente em relação ao contexto tecnológico em que vivemos, onde novos conhecimentos são incorporados as nossas práticas sociais, a todo tempo. Sendo assim, é preciso repensar a escola para que ela absorva essa realidade em suas práticas pedagógicas. Não é mais possível desvincular o ensino da leitura e da escrita sem considerar práticas sociais. Paulo Freire já havia feito evidenciado esta importância,

quando escreveu a conhecida frase: *a leitura de mundo precede a leitura da palavra*. Neste sentido, a prática pedagógica precisa partir do conhecimento dos sujeitos envolvidos no processo, que trazem inúmeras potencialidades que precisam ser valorizadas em sala de aula. Essa valorização resgata a cidadania e fortalece uma postura crítica junto ao contexto social em que estão inseridos.

4-O LETRAMENTO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICO SOCIAL

Articular o tema letramento na perspectiva da formação de jovens e adultos a uma perspectiva Crítica Cultural me fez refletir sobre vários aspectos que permeiam a educação articulada a uma concepção de mundo, de sociedade, de história, de aprendizagem, de condições objetivas, de realidade e de construção de subjetividades.

Quando entramos em uma sala de aula encontramos e percebemos que suas carteiras estão ocupadas de sujeitos que trazem, em cada um, suas próprias histórias de vidas, seus sonhos e suas expectativas em relação ao aprendizado escolar. E, quando falamos de sujeitos que procuram a educação profissional, essas expectativas são maiores ainda, já que estar empregado, ter uma Carteira de Trabalho assinada, é uma questão de honra, diante de uma sociedade cada vez mais competitiva. Porém, as contradições entre um mundo cada vez mais competitivo e que está pautado em uma lógica meritocrática de cada vez mais aquisição de formações, qualificações e titulações, nos faz perceber que cada vez mais as contradições entre o que se espera de uma educação libertadora e emancipadora e a lógica da produtividade, imposta por essa sociedade capitalista anda cada vez mais distante de libertar os sujeitos dessas imposições, como trazia Freire (2005). Nessa perspectiva, ter leitura dessa realidade ou ter visão crítica dessas contradições e das condições objetivas em que esses sujeitos estão inseridos são passos para a produção de uma prática emancipadora e libertadora, que, para Freire (2005) significa ter consciência da situação concreta de opressão, diante de opressores. A visão de Freire me fez perceber que esses sujeitos, jovens e adultos, muitas vezes perdem o sentido da sua existência no mundo, mesmo que esses tenham sonhos, mas suas expectativas estão postas em uma condição de sobrevivência no mundo, de adequar-se as exigências desse mundo moderno e tecnológico, que produz uma identidade fragmentada, ou a perda dessa, implicando na incompreensão enquanto classe trabalhadora, dona da sua força de trabalho, produtora de cultura, além de sujeitos de direitos sociais. Deste modo, partindo de reflexões marxistas, especialmente pelas contribuições de Lukacs (2003), observou-se que o mundo capitalista é construído com base nas contradições, em que o poder da força de trabalho não pertence ao trabalhador e sim ao capital e, indo para além dessa perspectiva, Lukacs refletiu sobre o poder da classe burguesa e a crise da cultura, na lógica da imposição do capital, em que versa:

Assim é que toda a existência da classe burguesa e de sua expressão, a cultura, entrou em uma gravíssima crise. De um lado, a esterilidade sem limite de uma ideologia separada da vida, de uma tentativa mais ou menos consciente de falsificação; de outro, o deserto pavoroso de um cinismo que historicamente já se convenceu do nada interior de sua própria existência, e tão-somente defende sua existência bruta, seu interesse egoísta em estado bruto. Essa crise ideológica é um sinal iniludível de decadência. A classe já se encontra acuada na defensiva, e não luta mais a não ser unicamente pela sua existência (tão agressivos quanto possam ser seus *meios de luta*). Perdeu *irremediavelmente a força de direção* (LUKACS, 2003, p. 170).

Lukács problematiza ainda sobre a classe trabalhadora que passa por um envolvimento em um mundo de leis e normas que parece estar produzindo uma unicidade, uma composição de direitos coletivos, porém, para esse autor, quando mais uma sociedade é dita desenvolvida e científica, maior a probabilidade de se tornar um sistema fechado em leis e normas, que fragmentam mais as relações sociais, produzindo uma falsa unicidade. Para Lukács (2003) somente a conscientização da classe trabalhadora pode produzir uma saída para essa fragmentação, pois o trabalho é a emancipação humana. Articulando com a concepção educativa de Freire (2005), é trabalhar numa perspectiva de uma educação como prática emancipadora, no processo de humanização de sujeitos.

Na perspectiva do letramento e nos estudos da linha Crítica Cultural, as ideias de Freire e Lukács são complementares ao projeto que pretendo delinear em meu percurso de estudo, visto que as categorias educação de jovens e adultos, práticas de leitura e escrita e trabalho se complementam e são desafios para análise da realidade dos sujeitos participantes da pesquisa, que são os estudantes de um curso técnico de educação profissional, modalidade EJA, localizada em Catu-BA.

Para finalizar, trago Agamben (2005) quando explicita que a linguagem dá ao sujeito tanto a sua origem quanto o seu lugar próprio e que, apenas na linguagem, é possível representar a percepção transcendental de um sujeito pensante. Para Agamben, não é a língua que caracteriza o ser humano, e sim, um sistema de signos e discursos criados em sua vivência histórica, produzindo culturas e subjetividades. Ao concordar com Agamben (2005), entendo que estudar o letramento envolve uma relação inter e transdisciplinar do tema, já que a história, a filosofia, a linguística, a antropologia, a sociologia, a psicologia são campos do conhecimento que se inserem na temática, produzindo nexos que visam enriquecer mais ainda meu objeto de estudo e fortalecer meus argumentos.

Enquanto pesquisadora e construtora do meu percurso formativo na área de educação, viso adquirir cada vez mais conhecimentos que venham contribuir com meu trabalho de Pedagoga, atuante na EJA e na educação profissional, para construção de práticas pedagógicas que fortaleçam o processo de letramento e formação de sujeitos mais qualificados e emancipados nesse processo,

como também, na aquisição de uma fundamentação teórica mais abrangente e coesa para aprofundamento da temática e produção da dissertação final do meu curso de Mestrado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Relatório de Monitoramento de Educação para Todos Brasil 2015: progressos e desafios* – Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/PPT_Presentation_EPT_final_low_pt_2015.pdf. Acesso em: 04 jul. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação-MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 24 de dezembro de 1996*. Brasília: MEC, 1996.

CUNHA, Úrsula Nascimento de S. *Letramento Escolar e Cotidiano: Análise de experiências sobre práticas de letramento à luz da Crítica Cultural*. Jundiaí: Paço Editorial, 2014.

CURY, Carlos Jamil. *Legislação Educacional brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KLEIMAN, Ângela. *É preciso ensinar o letramento?* Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfalettras/biblioteca_professor/arquivos/5710.pdf. Acesso em: 04/ jul. 2016.

LUKACS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: <https://efchagasufc.files.wordpress.com/2012/04/1-historia-e-consciencia-de-classe-estudos-sobre-a-dialetica-marxista.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2016.